

DOC Nº 042

Título: A mobilização dos professores
indígenas brasileiros e a LDB

Ano: 1991

Autora: Lucélia Ferraz

A MOBILIZAÇÃO DOS

PROFESSORES INDÍGENAS BRASILEIROS

E A LDB

*Loretta Emiri, junho de 1991

"Escola para indígena" versus "escola indígena".

No final dos anos 80 começaram a ser realizados em todo o Brasil encontros e cursos regionais de professores indígenas e de índios interessados em se tornarem professores (1). Esses encontros e cursos, promovidos pelos próprios professores, são apoiados e assessorados por entidades aliadas dos índios e por grupos especializados existentes dentro de universidades. Esses eventos visam à formação política e profissional, a fim de que os professores indígenas se capacitem para assumir a condução de suas escolas.

Muitos professores já estão modificando conteúdos, elaborando currículos e materiais didáticos, experimentando e desenvolvendo métodos próprios de ensino. As comunidades estão envolvidas neste processo de mudança da escola pois há diálogo e colaboração entre seus membros, líderes e professores. Em muitos casos pessoas da comunidade participam diretamente do processo escolar ensinando a língua materna e o artesanato e transmitindo os mitos.

Da "escola para indígena", pensada e imposta pelos não-índios, estamos passando para a "escola indígena", pensada e implementada pelos próprios professores e comunidades indígenas. A médio e longo prazo, através dessa nova escola a comunidade toda estará sendo alcançada. Através da mudança de conteúdos os índios estão afirmando sua identidade, sua alteridade étnica, sua diversidade cultural. A afirmação de identidade carrega em si, como consequência, a organização. A organização só pode caminhar rumo à autonomia.

Por isso tudo a mobilização dos professores indígenas é parte integrante do movimento indígena organizado brasileiro, e deve ser encarada como algo diretamente ligado e em função da organização e autonomia desses povos.

Além de discutir os problemas enfrentados em suas escolas, os professores vêm utilizando esses encontros e cursos também para se manifestar politicamente e acompanhar a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), portanto muito eles têm contribuído para redefinir até mesmo a política educacional oficial.

Histórico da LDB - Projeto de lei n. 1.258-A/88.

Está em tramitação no Congresso Nacional a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Trata-se de uma lei de caráter ordinário, que vem regulamentar o que está estabelecido na Constituição Federal em termos de educação. Ela regulamentará todas as escolas do Brasil, em seus diferentes graus e tipos. É a segunda LDB que o Brasil terá. Uma vez sancionada a nova LDB, todas as outras leis hoje em vigor, relacionadas à educação, serão revogadas.

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados criou, em março de 1989, um grupo de trabalho para tratar da nova LDB. O deputado Florestan Fernandes (PT/SP) foi indicado presidente, e o deputado Jorge Hage (PDT/BA), relator. Este grupo de trabalho realizou várias audiências públicas, recebendo sugestões de diferentes entidades da sociedade civil e de órgãos ligados à educação.

A partir dessas contribuições e de projetos encaminhados pelos deputados, o relator apresentou, em agosto de 1989, o 1º Substitutivo que passou, então, a ser discutido. No início de 1990, o relator elaborou o 2º Substitutivo, que serviu de base para a fase de apreciação, discussão e votação pela Comissão de Educação no período de 23/05 a 28/06/90. O projeto da LDB, em sua terceira versão, foi aprovado em 28/06/90 na Comissão de Educação, sendo remetido para a Comissão de Finanças e Tributação, para ser avaliado em termos de sua viabilidade orçamentária. A deputada Sandra Cavalcanti (PDT/RJ) foi indicada relatora desta matéria. O parecer da relatora foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação em 12 de dezembro de 1990, e o projeto da LDB foi enviado para a Coordenação das Comissões Permanentes, de onde seguiu para apreciação no plenário da Câmara dos Deputados.

No plenário da Câmara, em maio de 1991, foram apresentadas 1.263 emendas ao projeto. Uma proposta de emendas modificativas, que foi formulada por entidades indígenas e indigenistas, foi endossada e apresentada ao plenário pelo deputado Florestan Fernandes. As emendas todas serão analisadas agora pelas comissões de Constituição e Justiça, Educação, Finanças e Tributação, que deverão emitir seus pareceres a respeito.

É importante reconhecer o caráter democrático da Comissão de Educação, que possibilitou uma nova forma de elaboração legislativa na história da educação brasileira. Desse processo democrático participaram dezenas de entidades educacionais e instituições da sociedade civil, bem como órgãos governamentais. Entidades e organizações estabeleceram uma articulação em função da elaboração da LDB e se fizeram presentes em diferentes momentos de discussão da nova lei, portanto seu conteúdo é fortemente marcado por interesses e anseios de segmentos organizados da sociedade.

Atuação indigenista.

Em outubro de 1987 realizou-se no Rio de Janeiro o I Encontro Nacional de Educação Indígena, promovido pelo Museu do Índio e Fundação Nacional Pró-Memória do Ministério da Cultura. Dele participaram 60 representantes de 27 entidades e instituições. Durante o encontro foi criado o grupo de trabalho "Mecanismos de Ação Coordenada", apelidado de BONDE. O BONDE foi criado para encaminhar propostas para a questão da educação escolar indígena na Assembleia Nacional Constituinte e para a futura LDB. O BONDE reúne profissionais e especialistas na área da educação escolar indígena, vinculados a diferentes organizações, entidades e universidades. Não tem uma sede fixa ou secretaria, mas já editou três boletins informativos e agilizou vários encaminhamentos na Assembleia Nacional Constituinte e no Congresso Nacional em relação à LDB.

A pedido do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o BONDE elaborou, em janeiro de 1989, o documento-síntese "Da Educação Indígena", para servir de base à formulação jurídica de uma proposta sobre educação escolar indígena para a LDB, que foi incorporada na proposta da AEC, ABESC e CNBE, intitulada "Para uma Sociedade Participativa - Novas Diretrizes da Educação". Em novembro de 1989, o BONDE e o CIMI apresentaram algumas emendas ao 1º Substitutivo do relator, que foram incorporadas no 2º Substitutivo.

Enquanto a Comissão de Educação se preparava para iniciar a votação do 2º Substitutivo, dezesseis entidades indigenistas apresentavam ao senador Marco Maciel, indicado relator dessa matéria no Senado Federal, uma proposta sobre educação escolar indígena, tendo como base a segunda versão do Substitutivo do deputado Jorge Haje. Embora houvesse três projetos de lei sobre LDB no Senado Federal, houve um acordo para que o Senado aguardasse o fim dos trabalhos da Câmara dos Deputados para apreciar essa matéria, agindo como casa revisora.

Atuação indígena.

Muito importante e marcante tem sido a participação dos professores indígenas na elaboração e acompanhamento da LDB. Diversos documentos foram por eles produzidos e enviados aos parlamentares, fazendo propostas sobre a educação escolar indígena na nova LDB. O I Encontro Estadual de Educação Indígena do Mato Grosso, foi realizado na aldeia Salto da Mulher, área indígena Pareci, de 07 a 11 de maio de 1989. Os participantes deste encontro encaminharam ao Congresso Nacional uma proposta sobre educação escolar indígena. O grupo de trabalho BONDE apresentou esta proposta em forma de lei, entregando-a aos deputados Florestan Fernandes, Otávio Elísio e Jorge Haje em junho. O 1º Substitutivo apresentado pelo relator, em agosto de 1989, incorporou, quase que inteiramente, esta proposta.

Realizou-se em Manaus, de 11 a 14 de julho de 1989, o II Encontro de Professores Indígenas do Amazonas e Roraima. Durante o encontro, os professores elaboraram um documento para servir de "orientação aos deputados e senadores que irão elaborar a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional". Este documento é intitulado "Propostas dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima sobre Educação Indígena". Uma comissão de professores entregou este documento, em agosto daquele ano, à deputada Benedita da Silva (PT/RJ).

Durante o I Encontro dos Professores Indígenas de Roraima, realizado de 26 a 28 de outubro de 1990 em Surumu, área indígena Makuxi, foi elaborado um documento no qual os professores se posicionam em relação a dois pontos da LDB que ficaram ambíguos:

- o parágrafo único, do artigo 88, do capítulo XV diz que "Os programas previstos neste artigo serão formulados com audiência das comunidades envolvidas". Os professores de Roraima sugerem que devem ser elaborados com a participação efetiva dos professores e comunidades indígenas;
- o parágrafo 1º, do artigo 95, do capítulo XVII diz que: "Será exigida formação específica, preferentemente em nível superior, para o professor que atue em educação de comunidades indígenas". Os professores de Roraima sugerem que não seja exigido o nível superior para garantir a contratação dos próprios professores indígenas, que não possuem este requisito, mas têm sim uma formação específica. O documento dos professores de Roraima foi amplamente divulgado, publicado em vários boletins e enviado aos senadores.

De 04 a 08 de novembro de 1990, os participantes do I Encontro de Professores Indígenas do Estado de Rondônia, ocorrido em Piraculina (Vilhena), elaboraram um documento dirigido aos senadores da República, com sugestões para a LDB. Tanto neste documento como naquele elaborado pelos professores do Mato Grosso em novembro de 1989, constam sugestões para reverter o quadro de preconceito e discriminação existente em torno dos povos indígenas. Os professores de Rondônia escrevem: "Queremos a colaboração dos senhores senadores para que se respeite os índios e suas culturas nas escolas não-indígenas e nos livros didáticos". O documento dos professores de Rondônia foi encaminhado aos senadores e entidades de apoio.

A mobilização dos professores indígenas garantiu históricas conquistas. Na LDB, o capítulo XV é dedicado à educação escolar indígena, sendo intitulado "Da Educação para Comunidades Indígenas". Quando do planejamento do simpósio "Educação: o Desafio do Ano 2000", o Senado Federal decidiu que do tema "Educação: o Direito de Todos e a Liberdade de Aprender" fizesse parte o subtema "Educação Indígena". Contatado para indicar um especialista que ministrasse a palestra, o Setor de Educação do CIMI evidenciou que a autoridade mais abalizada para proferir dita palestra é o próprio professor indígena, e indicou Euclides Pereira do povo Makuxi de Roraima. No dia 11 de junho de 1991, Euclides dirigiu-se aos senadores da República e ao público presente falando aquilo que todo professor indígena teria ditito se tivesse tido a oportunidade de vivenciar esse histórico evento.

6)

O professor Euclides abordou a questão da sobrevivência física e cultural dos povos indígenas, que só se realiza se lhes for garantida a posse de seus territórios tradicionais. Só tem sentido, então, pensar em escola dentro de uma dimensão mais ampla de luta por terra, direitos e organização. Ainda falou que a sociedade envolvente deve ser "educada" para acabar com a discriminação histórica perpetrada contra os povos indígenas, e que as culturas e conhecimentos indígenas devem ser mais sistematicamente pesquisados e divulgados para comprovar quanto os povos indígenas têm contribuído na formação da própria sociedade brasileira. Num frase marcante e emocionante por ser tão verdadeira, o professor Euclides sintetizou a questão toda da educação escolar indígena, dizendo que pela educação, durante quinhentos anos, os índios foram dominados quando catequizados e integrados, e que pela educação passa hoje sua organização e autonomia, sua libertação.

Durante quinhentos anos de invasão e opressão, os povos indígenas sobreviventes, silenciados, foram obrigados a ouvir os não-índios falarem. Quinhentos anos de resistência dão mais do que direito aos índios de, enfim, falarem. E o que eles estão gritando pelo Brasil agora é isto: participação plena, ativa, viva e criativa na vida política do país. A presença histórica do professor Euclides no Senado Federal consagra essa luta pela participação.

* Loretta é coordenadora do Setor de Educação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e membro da Comissão Pró-Índio de Roraima (CPI/RR).

- (1) - I Curso de Formação de Professores Kulina, Plácido de Castro (AC), nov./dez. de 1985.
- II Curso de Formação e Reciclagem (de Professores Kulina), Colônia Feijão Duro (AC), fev./mar. de 1987;
- III Curso de Formação e Reciclagem (de Professores Kulina), Plácido de Castro (AC), jul./ago. de 1988.
- I Encontro de Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, Manaus (AM), out. de 1988.
- IX Encontro de Monitores Indígenas da Região de Oiapoque, Aldeia do Manga (AP), mar. de 1989.
- I Encontro Estadual de Educação Indígena de Mato Grosso, Aldeia Salto da Mulher (MT), mai. de 1989.
- II Encontro de Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, Manaus (AM) jul. de 1989.
- II Encontro de Professores Indígenas de Mato Grosso, A.I. Aroeira (MT), ago. de 1989.
- IV Curso de Formação e Reciclagem (de Professores Kulina), Plácido de Castro (AC), out./nov. de 1989.
- III Encontro de Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, Manaus (AM), jul. de 1990.
- I Encontro dos Professores Indígenas de Roraima, A.I. Surumu (RR), out. de 1990.
- V Curso de Formação e Reciclagem (de Professores Kulina), Plácido de Castro (AC), out. de 1990.
- I Encontro de Professores Indígenas do Estado de Rondônia, Piraculina (RO), nov. de 1990.
- Encontro de Professores Indígenas de Mato Grosso, Cuiabá (MT), nov. de 1990.
- Encontro de Professores Terena, Campo Grande (MS), 1990.
- I Encontro de Professores Indígenas e Não-Índios do Mato Grosso do Sul, Campo Grande (MS), fev. de 1991.
- I Curso de Professores Índios de Rondônia, Piraculina (RO), abr. de 1991.
- Curso dos Professores Indígenas, A.I. São Marcos (MT), mai. de 1991.
- Encontro de Professores e Caciques Guarani-Kaiowá, Dourados (MS), jun. de 1991.

BIBLIOGRAFIA

- Boletim do Setor de Educação, CIMI, n.1/2.
- Boletim de Educação Indígena, BONDE, n.1/2/3.
- A Nova LDB e os Índios: a Rendição dos Caras-Pálidas, Luís Donisete Benzi Grupioni.